

PROPOSTAS PARA FECHAR A PESCA DA LAGOSTA ATÉ 30 DE ABRIL DE 2014

HISTORICO

A pesca da lagosta iniciou-se nos anos 50 pela pesca artesanal com barcos a vela com um apetrecho chamado de jereré. Logo o americano Capitão Morgan importou o manzuã da Florida e iniciou a exportação da lagosta.

Mas antes da pescaria se tornar importante houve um episódio interessante, que foi quando uns barcos lagosteiras da Bretanha, França depois de ter acabado com a lagosta na Europa e Africa se aventuraram para costa de Pernambuco e começaram a pescar lagosta sem autorização. Assim que iniciou-se a I Guerra da Lagosta que colocou Charles De Gaulle e João Goulart frente a frente, causou uma crise diplomática e em uma confrontação armada das marinhas da França e o Brasil. Tudo e todo isso em pleno carnaval de 1963. O Brasil ganhou e a Marinha salvou a pesca artesanal da pesca ilegal.

Como vamos mostrar em seguida não precisamos da França para acabar com a lagosta! A demanda para lagostas dos Estados Unidos se revelou como um grande potencial de lucro e fonte de divisas. Com subsídios e incentivos fiscais milionários entre 1965 e 1984 criou-se uma frota e um parque industrial sobre dimensionado para os estoques limitados e logo chegou-se a uma situação de sobrepesca e foram introduzidas mais e mais medidas de ordenamento, mas sem resultados efetivos. Quando acabaram os grandes subsídios em 1985 a maioria das 25 empresas de pesca que tinham sido criadas, fecharam e os 350 barcos industriais de casco de aço viraram sucata. A gestão da lagosta era responsabilidade do governo federal com a SUDEPE e depois com o IBAMA, mas não deu resultados. A gestão da pesca se dava de cima para baixo, limitando a participação as empresas de pesca, o Labomar e o Ibama no grupo GTE Lagosta. Pescadores artesanais, donos de barcos de pequena escala e a sociedade civil estavam excluídos das tomadas de decisão da política de pesca. Com o fim da pesca industrial as empresas de pesca criaram uma rede de atravessadores (sem registro empresarial) e incentivaram a pesca ilegal de compressor (mergulho) e o uso da caçoeira. A frota artesanal e de pequena escala que pescava legalmente vem diminuindo por causa da concorrência desleal e da sobrepesca da lagosta. Também houve um tráfico organizado de lagostas miúdas para os Estados Unidos por alguns exportadores e uma tolerância geral e falta de fiscalização, o que levou muitos pescadores a pescar lagostas antes que estes poderiam se reproduzir.

Em 1993, depois de vários assassinatos de pescadores por tripulantes de barcos de compressor chamados “cafangistas” – sem reação das autoridades (PM, Marinha e outros) nasceu a partir da comunidade da Prainha do Canto Verde, Beberibe uma articulação junto com a comunidade organizada de Redonda, Icapui contra a pesca predatória da lagosta e exigindo participação na gestão da pesca. O ponto de partida foi a viagem de protesto da Jangada SOS Sobrevivência para o Rio de Janeiro em 1993. Os pescadores e pescadoras do litoral leste se mobilizaram e depois de outro protesto em 1995 o Governador do Ceará Tasso Jereissati assinou o decreto criando o COMESCE primeiro comitê de gestão compartilhada da pesca no Brasil. Este comitê num grande mutirão e trabalho integrado com grande participação dos pescadores artesanais e ONGs criou o primeiro Plano de Ordenamento para Pesca da Lagosta na história do Brasil. Em 1995 as comunidades com a comunidade de Redonda na frente compraram um barco e colocaram a disposição do Governo para fiscalizar a pesca ilegal. Comunidades do litoral leste criaram os tribunais de praia para combater a pesca ilegal nas suas comunidades. ONGs e as comunidades foram responsáveis para a organização de importantes seminários internacionais sobre o Código de

Conduta da FAO e articularam parcerias com o governo federal e estadual para organizar a Caravana da Lagosta que em 1998 fez a maior campanha de conscientização já conhecida no Ceará, que culminou com um seminário onde pela primeira vez na história pescadores e pescadoras votaram a introdução de uma mudança nas portarias do Ibama . Lamentavelmente o Governo do Estado cansou da co-gestão e da pressão dos pescadores para mudanças e acabou fechando o comitê. As pressões políticas ligadas a pesca ilegal tomaram o poder e o governo deixou de implementar o plano e a pesca ilegal voltou a crescer. Só em 2001 o governo federal admitiu que o governo não tinha capacidade de administrar a pesca sozinho e criou se o primeiro GTT Lagosta com participação de pescadores e a sociedade civil. O Presidente Lula retomou o projeto e criou o CGSL Comitê de Gestão para uso Sustentável da Lagosta. Apesar de resultados importantes e a elaboração de um plano de gestão, o CGSL não conseguiu que o governo implantasse de forma eficiente as medidas definidas com muito sacrifício – como a retirada de 9.000 pescadores. Estes foram logo substituídos por mergulhadores ilegais devido a total falta de controle da frota e da cadeia produtiva. O fracasso da gestão compartilhada foi assunto de um relatório de um grupo de trabalho no TCU em 2010.

Assim iniciou-se no litoral de Icapui a II Guerra da Lagosta colocando os pescadores artesanais contra os “cafanguistas”. Apesar de ter apreendidos com os próprios mãos mais de 15 barcos piratas o governo cedeu e a pesca ilegal tomou conta da costa do Brasil. Sobraram 80 barcos a motor e 500 barcos a vela usando covos que começaram a pesca em 2012, mas a maioria parou com 2 meses de pesca. Assim 2.500 barcos ilegais tomaram conta da costa do Brasil do Estado de Amapá até o Espírito Santo. 90% das exportações de lagosta do Brasil são de origem da pesca ilegal. A II Guerra da Lagosta continua até quando? Em 2012 começou a caída da produção previsto há tempo pelos pescadores e ONG’s. O aumento nos últimos anos foi devido ao aumento da área de pesca e o uso de apetrechos ilegais que são muito mais eficiente que a frota artesanal. A expectativa para 2012 é de uma redução das exportações de mais de 50% e a perda de mais de US\$ 40 milhões para a carteira de exportação.

Veja a pagina www.prainhadocantoverde.org para mais informações

FATOS E NUMEROS

A lagosta já foi entre os primeiros produtos na pauta de exportação do nordeste com até US\$ 100.000.000.00 por mês e já rendeu ao país US\$ 1.6 bilhões de divisas nos últimos 20 anos. Os pescadores artesanais iniciaram a pesca da lagosta nos anos 50 e a atividade fornece ocupação e renda para 100.000 pessoas com baixa qualificação da classe E.

As exportações que chegaram a 2.500 toneladas em 2010 graças a pesca ilegal de compressor e caçoeiras, despencaram em 2012. Até a frota de compressor está parando por falta de produção. Outro problema é o preço da lagosta, o mercado está castigando os produtores por conta da pessima qualidade do produto. O preço da lagosta inteira caiu 20% de US\$ 20.60 em 2011 a US\$ 16.12 em 2012. Cada vez mais containers de lagosta são rejeitados pela FDA (US Food and Drug Administration) por contaminação, bacterias de salmonela e indícios de lagostas ovadas, que são proibidas para importação.

A pesca ilegal em 2012 alcançou um patamar inaceitável, 90% da lagosta exportada é oriundo da pesca ilegal contra 70% em 2011 de acordo com informação divulgada para os importadores na “Seafood Show de Boston” pelo

representante do MPA. De acordo com informações empíricas das comunidades de pesca artesanal do Ceará este ano só 80 barcos a motor e 500 barcos a vela – seja menos que 15% - iniciaram a pesca usando o manzuã principalmente no litoral leste. A pesca artesanal com barcos a vela é reconhecida de ter um impacto ambiental mínimo quando respeita o tamanho mínimo da lagosta. De um esforço total que é muito acima do esforço considerado ótimo de 40 milhões de covos a frota a vela representa menos de 5 milhões de covos e tem uma importância econômica social enorme para os estados do Ceará e Rio Grande do Norte. Em outubro 2012 com 2 meses até o início do defeso, todos os barcos legais estão parados com grandes perdas acumulados e um alto grau de endividamento. A fiscalização das forças do estado nunca foi capaz de impedir a operação de mais de 2.500 barcos ilegais em toda a costa brasileira, assim incentivando a migração para a ilegalidade que é muito mais lucrativo, porém altamente destrutivo para o recurso e o meio ambiente. Mais preocupante ainda é o fato de que nos outros estados produtores do Brasil o manzuã esta desconhecido com exceção de 20 barcos cearenses que migraram para Cabralia na Bahia há vinte anos.

E por enquanto o Brasil não consegue controlar a frota, a cadeia produtiva e a qualidade, outros países produtores do nosso hemisfério estão se esforçando para melhorar a gestão da pesca, como por exemplo os países da America Central que criaram um Grupo de Gestão Regional chamado OSPESCA, Bahamas que já iniciou o processo de certificação MSC, e o México que já certificou 2 pescarias artesanais. A qualquer momento Cuba pode ser mais um concorrente com lagosta de qualidade no mercado americano. A lagosta brasileira por enquanto continua na lista vermelha dos guias de consumo nos Estados Unidos, Europa e até no Brasil

I.

<http://apps.edf.org/page.cfm?tagID=16255>

http://www.montereybayaquarium.org//cr/SeafoodWatch/web/sfw_factsheet.aspx?fid=20

Cientistas dos Estados Unidos, México, Caribe e America Central estão ativamente estudando as ameaças para a lagosta decorrente de câmbios climáticos como o aumento de temperatura e o nível do mar, a acidificação e a ameaça do Peixe Leão, espécie exótica da Asia que está fazendo um estrago importante no Caribe. Vai chegar no Brasil? Tem gente que insiste que é só uma questão de tempo, estamos preparado para isso, não. Os dados científicos sobre a lagosta não são suficientes para tomar decisões sobre o ordenamento da pesca e não se aplicam as medidas de precaução necessárias. A coleta de dados para produzir estas informações na responsabilidade do Ibama foi desmantelada quando o MPA assumiu a tarefa. Em 2004 o governo deu um passo importante criando o CGSL Comitê de Gestão para uso Sustentável da Lagosta, mas conflitos de poder intra-governamental e a falta de maturidade de algumas entidades do setor pesqueiro para co-gestão prejudicaram a implementação, como foi apontado num recente estudo do TCU. Faz 3 anos que o subcomitê científico não se reúne, as ONGs foram excluídos da co-gestão por uma IN do MPA e até hoje ninguém sabe dizer quando será retomado o trabalho do CGPL (só mudou de nome).

Um dos poucos fatos positivos é, que o Governo do Estado do Ceará já iniciou o processo para certificação da lagosta contra os princípios e critérios do MSC (Marine Stewardship Council) e já foi elaborado um plano de melhoria da Pesca

(FIP – Fisheries Improvement Program) <http://www.sustainablefish.org/fisheries-improvement/shrimp/brazilian-lobster> . O projeto da cadeia produtiva da lagosta foi iniciado pela sociedade civil com o Dept. Produção e Consumo Sustentável do PNUMA em Paris e conta com apoio financeiro das Nações Unidas em parceria com a ONG Sustainable Fisheries Partnership. É uma pena que a demora em tornar o ordenamento e a fiscalização mais efetivo e eficiente deve inviabilizar a certificação da lagosta e levar a uma rejeição da lagosta cada vez maior nos mercados internacionais. O sonho do selo verde para COPA 2014 parece cada vez mais distante.

A única notícia boa é o fato de que a Marinha do Brasil está recebendo as lanchas do Ministério da Pesca as quais praticamente não operavam durante 2 anos, gerando gastos sem retorno. Ainda não sabemos quais são as intenções da Marinha referente ao controle da frota de pesca e da resolução do conflito entre piratas e pescadores artesanais. Vai precisar de uma estratégia militar integrado com outras forças de fiscalização para acabar com a II Guerra da Lagosta.

Chegamos a conclusão que a pesca da lagosta está seriamente comprometido e o setor pesqueiro legal está quebrado devido a de gestão da pesca pelo governo. É por isso que o grupo de lideranças das comunidades, pescadores e armadores do litoral leste (incluindo Fortaleza) entendem que precisamos de ações tempestivas para mudar a pesca da lagosta e estamos fazendo a seguinte proposta:

Parar a pesca da lagosta durante no mínimo 18 meses a partir de 1º de novembro 2012 e que será proibido de pescar, comprar, vender, beneficiar, exportar e comercializar qualquer tipo de lagosta no Brasil.

Existem estudos sérios - New Economic Forum - que demonstram que o retorno no longo prazo supera em muito os custos (investimentos) que são necessários no curto prazo.

http://www.neweconomics.org/sites/neweconomics.org/files/No_Catch_Investment_-_Press_release_exec_summ_portugal.pdf .

Então fechar a pesca pode ser um bom negócio para o Brasil. O que não é possível é corrigir os graves problemas da pesca sem parar a atividade. Por enquanto é permitido de pescar, a frota ilegal que controla a pesca com ajuda das empresas de pesca que compram e os consumidores que consomem a lagosta, a pesca ilegal continuará até o colapso total dos estoques. Com uma parada de 18 meses o estado brasileiro e o setor pesqueiro terão tempo suficiente de ordenar a atividade de acordo com critérios de sustentabilidade. Neste tempo a lagosta terá tempo para crescer, reproduzir sem mortalidade de pesca. O efeito de o Brasil enfrentar a realidade e tomar medidas drásticas, vai ajuda a melhorar a qualidade da lagosta e de re-conquistar o nosso lugar nos mercados e internacionais.

A moratória oferece uma oportunidade para colocar estruturas e medidas afim de reverter a crise da pesca da lagosta e servir de exemplo para outras pescarias. Para transformar a gestão do recurso o plano de ordenamento tem que providenciar políticas para restaurar os ecossistemas marinhos a níveis saudáveis e oferecer o acesso para os recursos marinhos para quem mais precisa; os pescadores e pescadoras do Brasil..

OBJETIVO

Reverter o quadro de sobrepesca, gerar informações científicas para viabilizar a gestão compartilhada, o monitoramento e a fiscalização da pesca da lagosta de acordo com o princípio de precaução do Código de Conduta para Pesca Responsável para garantir a produção de alimentos, melhora das condições sócio-econômicas da cadeia produtiva e gerando divisas para balança comercial.

GESTÃO COMPARTILHADA

Os pescadores exigem a continuidade da gestão compartilhada dos recursos marinhos e estão dispostos a contribuir não só com responsabilidade mas também de forma financeira contribuindo com uma taxa voluntária uma vez que o governo controla a pesca ilegal. No CGSL faltou capacitação para co-gestão e sobram conflitos intergovernamentais que inviabilizaram resultados positivos, levando a erros graves de gestão.

- Pescadores e representantes das ONGs devem participar do CGPL como já foi constatado no parecer sobre a co-gestão da pesca da lagosta do TCU (2010).
- Pescadores que participam desde 1996 da fiscalização, querem uma participação maior na organização da fiscalização e estão dispostos a continuar colaborando com as forças de segurança no mar.
- Técnicos indicados por pescadores devem ter assento no sub-comité científico.
- Investimento pesado na capacitação dos usuários para co-gestão

GESTÃO DA PESCA NA ZONA COSTEIRA RESERVADA PARA PESCA ARTESANAL

Não tem ninguém que conhece o mar como os pescadores que dos recursos costeiros vivem há décadas desde que a pesca começou com o tradicional Piperi ou Igapeba das comunidades indígenas, que os invasores portugueses batizaram de Jangada (origem jangaddam da Índia).

- Os pescadores exigem que a área de pesca na zona costeira seja demarcada para exclusão de barcos que tem impacto excessivo e para garantir dos direitos de acesso ao recursos costeiros das comunidades tradicionais.
- O uso da zona costeira deve ser reservado para as comunidades com os direitos a terra e mar para a exploração do turismo, energia eólica (em terra e mar) e a aquicultura em terra e no mar.
- A zona costeira deve ser explorada pelos pescadores artesanais e de pequena escala, respeitando a legislação e portarias a serem negociadas em acordos de pesca.
- Criar parâmetros para garantir o acesso ao recurso de acordo com critérios ecológicos priorizando pescadores de pequena escala por equidade social.
- Oferecer alternativas para os pescadores artesanais: pesca de polvo, camarupim, peixes de aquário uso de atratores de peixes demersais ou pelágicos (meia água). Pesca de peixe com catamarã a vela com motor auxiliar nos bancos de peixe oceânicos.

MONITORAMENTO E PESQUISA CIENTIFICA

O principal obstáculo é a falta de informação sobre o estado do recurso lagosta e a fauna e flora da zona costeira e dos recifes, para viabilizar a gestão ecossistêmica com participação das comunidades do litoral. Falta a participação dos homens e mulheres do mar na geração de dados científicos com os conhecimentos ecológicos tradicionais. Faltam informações básicas como produção segmentado por comunidade, município, estado e por espécies. Os dados de produção de lagosta fornecido por varias instituições baseados em dados do sistema Alice não correspondem a realidade. Não existem dados confiáveis da produção para o mercado externo e muito menos para o mercado interno. As Estáticas de Pesca do Ibama está desatualizado desde 2009 e não existem dados confiáveis para se fazer uma avaliação dos estoques. A falta de informações científicas inviabiliza a certificação da lagosta, considerada como principal instrumento para garantir o lugar da lagosta brasileira nos mercados internacionais a fim de recuperar a qualidade e conseguir de melhorar preço para o nosso produto. Vale a pena ressaltar que historicamente a pesca artesanal a vela está produzindo lagosta da melhor qualidade e é pago um preço injusto.

- Cientistas devem trabalhar em parceria juntando os seus conhecimentos científicos aos conhecimentos ecológicos tradicionais dos pescadores que conhecem o mar como a palma da sua mão.
- Nas áreas de gestão comunitárias os pescadores devem garantir a coleta de dados com os filhos e filhas de pescadores remunerado como serviço ambiental.
- Falta participação dos pesquisadores em congressos e eventos internacionais de relevância sobre a pesca da lagosta e há muito poucos trabalhos academicos produzidos.
- Os cientistas devem aceitar trabalhos de leigos usando dados empíricos para complementar as informações
- Os cursos de engenharia de pesca e oceanografia devem incluir cursos de imersão total de inglês para reduzir o déficit de pesquisadores com o idioma tendo em vista que a maioria dos trabalhos científicos são produzidos este idioma.
- Tradução de trabalhos importantes para a pesquisa no Brasil.
- Durante a moratória da pesca as embarcações de pesca legal devem ser usadas para pesquisa científica de acordo com o plano de investimento que segue;

Plano de investimento em geração de conhecimento:

Avaliar o nível e padrão de exploração dos estoques

Áreas de pesca com áreas reservadas para pesca artesanal
Sistemas de captura
Composição das capturas por espécie e tamanhos
Comportamento biológico das espécies (fases iniciais de vida e adultos)
Reprodução e recrutamento
Parâmetros populacionais – crescimento e mortalidade
Captura e esforço de pesca aplicado ao estoque
Avaliação do estoque
O esforço de pesca da frota artesanal a vela
Estudos do impacto dos câmbios climáticas sobre crustáceos

<p>Estudo do impacto de espécies exóticas (L. Vanamei, peixe leão)</p> <p><u>Avaliar a viabilidade bioeconômica das pescarias</u></p> <p>Nível e padrão de exploração dos estoques</p> <p>Produtos e mercados</p> <p>Preços dos produtos</p> <p>Custos e receitas das pescarias</p> <p>Qualidade da lagosta da pesca artesanal e a certificação de origem</p> <p><u>Avaliar os benefícios sociais da atividade</u></p> <p>Empresas e produtores envolvidos na atividade – número, tipo, qualificação</p> <p>Participação dos diversos segmentos nos benefícios gerados</p> <p>Perfil social e econômico das empresas e produtores</p> <p>Programas de coleta de dados</p> <p>Captura e Esforço de Pesca das pescarias comerciais</p> <p>Amostragem de esforço e captura a bordo - barcos comerciais e artesanais</p> <p>Amostragem de comprimento dos desembarques comerciais e artesanais</p> <p>Amostragem de comprimento nas indústrias</p> <p>Amostragem bio-estatística a bordo - barcos comerciais e barcos de pesquisa</p> <p>Amostragem de gônadas a bordo - barcos comerciais e barcos de pesquisa</p> <p>Amostragem de fases iniciais de vida áreas de berçário (puerulus)</p> <p>Dados Ambientais</p> <p>Produtos, mercados e preços</p> <p>Custos de produção e receitas</p> <p>Dados de produção para exportação dos últimos 20 anos baseados em dados reais</p> <p>Estimativa da produção para o mercado interno</p> <p>Aperfeiçoar o software para implementação do DOP</p> <p>Áreas de abrangência</p> <p>Área 1 - Estados do Amapá, Pará e Maranhão</p> <p>Área 2 - Estados do Piauí, Ceará</p> <p>Área 3 - Rio Grande do Norte, Paraíba</p> <p>Área 4 - Pernambuco e Alagoas</p> <p>Área 5 - Bahia e Espírito Santo</p> <p>Censo da pesca</p> <p>Identificar numero de pescadores/as, barcos, licenças e outras informações sócio demográficos segmentado por barco a vela / motor, comunidade, município, estado</p> <p>Pesca científica durante o período da moratória</p> <p>Estudo de covos com menor impacto ambiental e melhor eficiência econômica</p> <p>Programas de capacitação para jovens coletores de dados nas comunidades</p> <p>Avaliação do impacto de milhões de tambores jogado no mar para fazer marambaisa para frota de compressor ilegal possível operação de retirada dos tambores do fundo do mar.</p> <p>Estudos da perda de covos no mar que levam a pesca fantasma que cria mortalidade excessiva e sem aproveitamento</p> <p>Estudo de viabilidade de novas embarcações como o catamarã a vela</p> <p>Estudo do programa de marcação de covos com barra de código para identificação do dono do material, do esforço de pesca, e dados para o mapa de bordo e o DOP</p>

MEDIDAS DE ORDENAMENTO

O Brasil perdeu o controle da frota e da pesca assim incentivando a pesca ilegal. Quem perde são os pescadores(as) honestos que obedecem a lei e que agora estão pedindo esta moratória. Desde o primeiro POPL Plano de Ordenamento para Pesca da Lagosta aprovado em 1996 estamos recomendando medidas que nunca foram aplicadas, aqui seguem algumas proposta.:

ESFORÇO DE PESCA

Com os dados disponível é impossível de determinar o esforço de pesca ótimo. Não existem estimativas do esforço ilegal (compressor, caçoeira), mas existem dados empíricos disponível dos autores desta proposta que estimam o esforço da frota a vela em menos de 6 milhões de covos o que representa um esforço insignificante. A frota ilegal de compressor usando agregadores de lagosta de tambores representa uma esforço no nosso chutômetro de mais 80 milhões de covos. Retirando a frota de compressor da atividade poderia se licenciar toda a frota a vela nos estados produtores de Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará sem maior impacto sobre o recurso e com resultados econômicos significativos. Organizando a gestão local nas comunidade com acordos de pesca sem a ameaça de barcos de compressor será fácil de minimizar pesca de lagosta miúda. O licenciamento da frota a vela não representa um risco para o recurso e representa um baixo esforço de pesca, ainda considerando que a pesca de barcos a vela nos últimos 10 anos ficou limitado a 3 a 4 meses por ano. A certificação de origem da lagosta das comunidades de pescadores artesanais e da frota de pequena escala já esta sendo iniciado no litoral leste com a certificadora internacional Bureau Veritas e com o apoio financeiro de uma compradora de lagostas dos Estados Unidos – COSTCO. A certificação da lagosta de origem comunitária vai levar a muitos outros benefícios e os gastos de co-gestão podem ser financiados com programas de credito de carbono.

- Organizar a gestão em unidades de co-gestão ao longo da costa do nordeste com participação das comunidades, prefeituras, universidades e o MPA, Ibama, MMA, ICMBio, MDA.
- Licenciar toda a frota a vela de mais de 4 metros de comprimento para pesca da lagosta em unidades de co-gestão.
- Recadastrar todos os barcos com permissão de pesca para lagosta exigindo a comprovação de ter pescado com covos antes da renovação da mesma.

CONTROLE DA FROTA E DOS APETRECHOS DE PESCA

A fiscalização no mar é muito cara e ineficiente. O futuro será cada vez mais monitorado eletronicamente facilitando a coordenação entre varias instituições e os seus sistemas de informática. O controle por computador evita a corrupção. Tem que acabar os estaleiros de fundo de quintal e incentivar a construção de barcos legais.

- PREPS para barcos motorizado de qualquer tamanho, para que barcos sem rastreamento eletrônico no mar serão considerados ilegais e serão retirados do mar.

- Licença prévia de construção obrigatório antes de iniciar a construção de barcos.

Estaleiros de barco de qualquer tamanho devem ser registrado na Marinha e o MPA.

- Integração dos registros de barcos, proprietários e tripulação pela Marinha, MPA, Ibama e Ministério de Trabalho e integração da fiscalização de todas as forças de segurança sob o controle da Marinha.

- Licenças para pesca da lagosta deve ser sujeito a apresentação de seu material de pesca para garantir o uso de covos, que devem ser homologados antes do inicio da pesca, barco sem covos perde licença de pesca.

- Os covos devem ser inspecionados e ser marcado com um selo de plástico com código de barra que identifica o dono, o barco e o numero de covos usados. Protege contra roubo de material (que é um grande problema) e facilita coleta de dados de esforço de pesca por barco, por comunidade, por município e estado. (já esta sendo utilizado na Florida)
- Nenhum barco pode sair para pescar lagosta sem inspeção previa por uma força tarefa integrada pelos fiscais da Marinha, Ibama, Min. Trabalho, PM.
- Os catamarã construídos por comunidades de pescadores e o barco escola catamarã em construção em Fortaleza são excelentes embarcações com baixo esforço de pesca e alta rentabilidade. Ideal para transporte de lagosta viva e para pesca de peixes diversos e que poderá substituir barcos e lanchas a motor obsoletas.
- A Marinha do Brasil tem uma responsabilidade histórica com os pescadores artesanais como comprovou na I. Guerra da Lagosta de 1963 contra a poderosa frota naval do Presidente Charles de Gaulle. A marinha deve assumir a responsabilidade de terminar a II. Guerra da Lagosta dos barcos de compressor contra a frota a vela como ela fez em 1963
- O controle dos apetrechos antes do inicio da pesca em Maio de 2014 deve reduzir o numero de atrevidos que ousam entrar no mar carregado de caçoeiras ilegais. Ai cabe uma operação militar da marinha com as outras forças de fiscalização e o uso de helicópteros.

CONTROLE CADEIA PRODUTIVA

O mercado exige qualidade e controle de origem da pesca legal. O controle da cadeia produtiva deve ser de pescador a mesa do consumidor. Desde o POPL de 1996 a principal medida de controle era a GOL Guia de Origem da Lagosta hoje conhecido como DOP. Tem que acabar com os compradores de praia de fundo de quintal das empresas de pesca. Para certificação da lagosta é obrigatório o controle da cadeia produtiva Sem este requisito e sem garantia de financiamento para implementar o Projeto de Melhoramento da Pesca (FIP Fisheries Improvement Project) no site <http://www.sustainablefish.org/fisheries-improvement/shrimp/brazilian-lobster> não haverá certificação e a lagosta brasileira continuará nas listas vermelhas e com restrições nos mercados internacionais e um baixo preço.

- O DOP - documento de origem, já esta pronto, foi apresentado para os membros de CGSL há mais ou menos 5 anos. Só falta atualizar e implantar.
- O DOP pode ser um desafio para a frota a vela, mais hoje a maioria das comunidade tem acesso a internet e os filhos de pescadores estão pronto para mexer nos teclados e no facebook.
- Promover consumo responsável no Brasil, parceria com ETHOS, AKATU e grandes compradores de pescado como Pão de Açúcar, Walmart que procuram certificação de origem da pesca legal.
- O Ministério de Pesca tem um programa chamado CIPAR Centro Integrado para Pesca Artesanal, deve proporcionar capacitação para gestão, infraestrutura par comercialização de peixe e lagosta com uso de piscinas para lagosta viva.
- Para comercialização da produção das comunidades falta estrutura de organização para cooperativas e associações produtivas que permitem a venda direta.

- O processo de certificação iniciado pelo Governo do Ceará tem que continuar com total apoio do MPA
- A certificação da pesca responsável para lagosta de origem das comunidades artesanais do litoral leste do Ceará já está encaminhado com a certificadora internacional Bureau Veritas para produtores que usam exclusivamente covos e que vão receber o selo de qualidade e de origem até a COPA 2014. A continuidade agora depende das medidas que o Governo Federal vai adotar para salvar a lagosta.

LEGISLAÇÃO

A pesca da lagosta é a atividade mais legislada do universo, mas as leis foram mal aplicadas, favorecendo a ilegalidade e levando a situação absurda que em 2012 90 % da lagosta comercializada ou exportada é de origem da pesca ilegal. Donos de barcos de compressor andam de Hillux e compram apartamentos em Fortaleza, donos de barcos legalizados pescando com manzua estão quebrados e altamente endividados. A proibição de pescar peixe durante a época da pesca da lagosta é um atentado contra a segurança alimentar, sobretudo quando a pesca ilegal inviabiliza a produção dos pequenos pescadores legais, como vem acontecendo nos últimos 5 anos.

Recomendamos:

- Revisão da legislação de navegação e da pesca para garantir aplicabilidade na pratica
- Licença prévia para construção de novos barcos sujeito a estudo do impacto sobre os recursos pesqueiros.
- Legislação para aplicar o DOP e garantir a declaração de origem que atualmente estão sendo fraudadas.
- Proibir a fabricação de panos para caçoeira multifilamento e a confecção de rengalhos que é utilizado na pesca da lagosta com redes.
- Compra e venda (atravessadores) de pescado (produtos perecíveis) devem ser obrigados a registro de empresa e com autorização do MPA.
- Transporte de lagosta sujeito a autorização do MPA.
- Revisão de todas as portarias do MPA que restringem ou proíbem a pesca de qualquer espécie, exceto peixes controlados ou proibido e a pesca com apetrechos não proibidos.
- Revisão da resolução do seguro defeso que proíbe a venda de pescado não objeto do defeso.

FUNDO DE PESCA SUSTENTÁVEL

Os pescadores e donos de barcos autores da proposta de moratória da pesca durante um período de no mínimo 18 meses, tem consciência que a proibição da pesca vai causar grandes custos ao estado o qual leva grande parte da culpa pela falta de gestão do patrimônio da União. Os pescadores(as) também tem consciência que eles devem contribuir para recuperação da lagosta usando a sua consciência e o espírito de sobrevivência. Mas eles também estão disposto de contribuir de forma monetária. Realizando que com o controle da pesca ilegal a lagosta vai se recuperar e a produção e a renda da pesca vai melhorar muito, eles estão disposto de negociar uma contribuição por kg de lagosta vendida (por exemplo R\$ 1.00 kg/cauda) a partir de 2014.

Eles sugerem que seja criado o Fundo de Pesca Sustentável – FPS, que será alimentado pela cadeia produtiva (empresas, armadores, pescadores), governo federal, governos estadual e municipais, assim como outras instituições nacionais e internacionais. O FPS será administrado pelo CGPL. Temos certeza que o investimento para recuperação da pesca da lagosta terá um retorno garantido no médio e longo prazo, o mercado financeiro de fundos ecológicos pode ser um potencial investidor.

MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO

A omissão de todos os governos do nosso país desde o início da pesca nos anos 50 pode levar ao colapso do recurso em pouco tempo. O investimento para recuperar o recurso vai ser pouco comparado o prejuízo se perdemos o recurso para sempre, lembramos o colapso do bacalhau no Canada em 1992, que até hoje não se recuperou. Durante a paralisação da atividade o estado vai ter que amparar os setores mais vulneráveis e apoiar a estruturação do setor pesqueiro para estar pronto a retomar a pesca rumo a sustentabilidade. As medidas de compensação devem ser acompanhados por ações de educação, formação e conscientização para todos os membros da cadeia produtiva. Apresentamos algumas medidas de compensação como exemplo e que devem ser negociados entre o governo e os produtores:

- Pagamento compensação 18 meses de salário mínimo para pescadores de lagosta devidamente habilitado.
- Manutenção da embarcação a vela; 1 salário mínimo durante 18 meses para o proprietário do barco permissionado.
- Manutenção de barco motorizado 2 salário mínimo durante 18 meses para o proprietário do barco permissionado.
- Roladores, catreiro, botador, feitor de covos; apoio com bolsa de alimentação para manter a família.
- Contribuição do governo para confecção de covos, a ser pago após apresentação e homologação do material de acordo com a respectiva portaria (malha de 5cm)
- Liberar a pesca de peixes não controlados ou não proibidas com apetrechos de pesca não proibidos, o ano todo de acordo com um calendário de pesca.
- Para contribuir com a redução do esforço de pesca tem muitos donos de barco que querem sair da atividade, programa de buy-back de barco pelo governo.
- Pescadores e donos de barco são endividados com os bancos, nos comércios ou com atravessadores sem a menor perspectiva de pagar. Para continuar na atividade eles precisam renegociar as dividas com ajuda do governo.
- Empresarios indicam dividas milionárias (INSS, FGTS, IR, PGMF, BB, BNB) considerados impagáveis.
- Com a paralisação da pesca haverá redução de gastos devido a redução do subsidio do óleo diesel.

PROGRAMA DE RETIRADA DA FROTA ILEGAL COM ALTERNATIVAS PARA TRIPULAÇÃO DE BARCOS DE COMPRESSOR

O estado e a sociedade brasileira tem uma dívida histórica com os pescadores artesanais por ter tolerado a pesca ilegal durante mais de 25 anos, prejudicando os produtores legais e colocando em risco a continuidade da lagosta que é patrimônio de todos nós. Mas, os mergulhadores e manguereiros são vítimas também e muitas famílias perderam os seus filhos no mar ou estão cuidando de jovens paraplégicos muitas vezes viciados em drogas (crack) que os donos dos barcos colocam no rancho. Os criminosos donos de barcos não merecem piedade e devem ter os seus barcos retirados do mar para servir de atratores de peixe para a pesca artesanal e devem ser punidos pelos crimes cometidos como lavagem de dinheiro, evasão fiscal e outros. Os homens que foram explorados merecem medidas de compensação e uma ajuda para retomar as suas vidas de forma honesta.

- Quebra do sigilo fiscal e telefônico dos donos de barco amplamente conhecidos por prefeitos e políticos, o Ibama, a Marinha e outras forças de polícia e abertura de processos na justiça.
- A Marinha do Brasil deve publicar os dados sobre acidentes de mergulho e divulgar informações sobre as investigações de acidentes de mergulho nos estados do Ceará e Rio Grande do Norte.
- Abrir cadastro para tripulantes de barcos de compressor para aderir ao programa de retirada voluntária da atividade ilegal sem punição. Organização de um grupo para defesa dos interesses dos tripulantes para que haja um diálogo entre eles e as instituições competentes do governo (Fundacentro do MTE, MPA, MDA e Ministério de Desenvolvimento Social e combate da pobreza extrema) para negociar um pacote de alternativas.
- Compensação montaria (bolsa verde) durante os 18 meses do paradeiro - a ser negociado.
- Capacitação para o empreendedorismo e acesso a microcrédito para abrir pequenos negócios.
- Concessão de licenças para pesca da lagosta em embarcações a vela.
- Capacitação para mergulho profissional na Petrobrás e/ou no turismo.
- Educação profissionalizante e encaminhamento para os bancos de emprego do SINE.

PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO

Os 18 meses da paralisação da pesca da lagosta devem ser usado para fazer o que nunca se fez durante o defeso, quer dizer educação ambiental e conscientização nas comunidades do litoral e também para os armadores e empresários da pesca que carecem de qualquer sensibilidade para a conservação do recurso.

- Caravana da lagosta, repetindo a famosa caravana de 2008 que foi a melhor (única) campanha de conscientização já feito no Ceará em 20 anos.
- Programas de educação ambiental, formação de lideranças, cursos de gestão nas comunidades do litoral e nas escolas durante a moratória de 18 meses.
- Cursos de gestão para cooperativismo.

- Produção de material escolar para as comunidades litorâneas sobre a pesca, meio ambiente, história das comunidades (a exemplo do livro “Nossa História” da Prainha do Canto Verde produzido numa parceria entre Ibama e a escola da comunidade)
- Produção de livros didáticos visando a pesca sustentável e a conservação da biodiversidade marinha por regiões geográficas (nordeste).
- Cursos de inglês para lideranças comunitárias e das organizações da sociedade civil.

OUTRAS MEDIDAS

- Desburocratizar a concessão e renovação das permissões de pesca de lagosta e peixe
- Intercâmbio de exemplos de boas práticas dentro do Brasil e com outros países do nosso hemisfério, exemplo do litoral leste: Beberibe e Prainha do Cato Verde. Exemplo da comunidade de Sian Kaan, México que acaba de certificar a lagosta veja vídeo:
<http://www.slowfood.com/slowfish/pagine/eng/resistenza/dettaglio.lasso?ida=38>

ASSISTENCIA TÉCNICA, PARCERIAS E CONSULTORES INTERNACIONAIS

É óbvio que as instituições brasileiras com responsabilidade para pesca não tem conhecimentos e capacidade para organizar o paradeiro da lagosta de 18 meses e de executar as múltiplas atividades que fazem parte da nossa proposta e do FIP - Fisheries Improvement Project.

Técnicos e instituições estão a disposição para assistência técnica e consultoria para implementar as medidas com garantia de sucesso.

FAO no Brasil ou
em Roma: Contato: Rolf Willmann*

NOAA: Paul Raymond*

Bruce Philips Curtin University, Perth, Western Australia*

Tom Matthews Florida Fish and Wildlife*

New Economic Foundation*

* contato com René Schärer fishnet@uol.com.br

ARTICULAÇÃO DE PESCADORES E PESCADORAS DO LITORAL DO CEARÁ CONTRA A PESCA ILLEGAL DA LAGOSTA

Caixa Postal 51, 62.840-970 Beberibe, Ceará

e-mail: lagosta2014@gmail.com telefone: Lindomar 85 9626 8058

APENDIX

Estas propostas foram elaborado baseado nas experiências dos últimos 20 anos de trabalho nas comunidades do litoral do Ceará, da participação no CGSL e sobretudo nas consultas realizadas com 376 pescadores e 100 pescadoras em mais de 20 comunidades do litoral leste do Ceará (Fortaleza a Icapuí), entre os dias 08 e 25 de outubro de 2012 (relatórios disponíveis).

Solicitamos contribuições, críticas construtivas e novas idéias para melhorar as propostas dos nossos leitores no e-mail lagosta2014@gmail.com

Elogios e manifestações de apoio e solidariedade com os pescadores e pescadoras no e-mail: lagosta2014@hotmail.com

Autores da proposta:

Raimundo Bonfim Braga

José Alberto Riberio de Lima

Tobias Soares da Silva

Lindomar Fernandes

Roberto Carlos Ribeiro de Lima

e os pescadores e pescadoras do litoral leste que participaram das consultas nas praias, portos e comunidades.

Relator: René Schärer, fishnet@uol.com.br (vou estar fora do país até 12 de novembro)

Os nossos agradecimentos para amigas e amigos que ajudaram a gente com conselhos e na avaliação e redação do documento.

Prainha do Canto Verde, 28 de outubro de 2012